

DECISÃO

Trata-se de impugnação ao edital de pregão eletrônico n. 68/2023 apresentada tempestivamente por Preven Med Saúde Ocupacional Ltda, CNPJ n. 14.515.302/0001-07.

A impugnante apresenta razões no tocante as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas no respectivo edital, de modo a requerer a inclusão das seguintes exigências habilitatórias:

- a) apresentação de ROE – Registro de Qualificação Técnica de Especialista do Médico do Trabalho;
- b) apresentação de certificados de conclusão de curso do médico do trabalho e do engenheiro de segurança do trabalho;
- c) apresentação de registro da pessoa jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia;
- d) apresentação de registro de pessoa jurídica no Conselho Profissional de Fisioterapia;
- e) apresentação de diploma do profissional especialista em ergonomia;
- f) apresentação de alvará sanitário e de funcionamento;
- g) apresentação de certificados de calibração dos equipamentos de medição;
- h) apresentação de balanço patrimonial como demonstrativos de rendimentos.

Feita a presente premissa, passa-se à análise dos pedidos.

Com relação aos itens “a” e “b” acima citados, nada deve ser modificado, uma vez que tais previsões já estão contempladas nos itens “p” e “q” do edital:

p) Apresentar prova de que possui em seu quadro de pessoal pelo menos 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho com registro na entidade competente, em conformidade com o objeto do presente edital, juntamente com a Certidão de Registro de Pessoa física e jurídica junto a entidade competente, com prazo de vigência válido.

q) Apresentar prova que possui pelo menos 1 (um) profissional, Médico do Trabalho com registro no Conselho Regional de Medicina, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, e quando se fizer necessário, apresentar os respectivos comprovantes sempre que solicitados pela CONTRATANTE.

r) – Apresentar juntamente com o CRM do profissional o registro da pessoa jurídica junto ao CRM, com prazo de vigência válido.

Obs: A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar os Registros na entidade competente e no CRM do estado em

que está sediada e apresentar no ato da assinatura do Contrato, os vistos dos registros no Estado de Santa Catarina;

No tocante aos itens "c" e "d", de igual maneira não merece acolhimento o pedido, já que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscaliza a atividade básica ou o **serviço preponderante** da licitação".

Veja-se o entendimento do TCU sobre a matéria:

Acórdão 1884/2015 – Plenário – 07/04/2015 – Relator: Ministro Bruno Dantas: A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

Acórdão 5283/2016 2ª Câmara – 10/05/2016 – Relator: Ministro Vital do Rêgo: A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

Acórdão 3464/2017 – 2ª Câmara – 25/04/2017 – Ministro André de Carvalho: A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993) , deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

Desse modo, o registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e no CRM – Conselho Regional de Medicina, assim como estabelecido nos itens "p" e "r" do edital, apresentam melhor identificação com os serviços preponderantes da licitação (medicina e segurança do trabalho), sendo indevido qualquer acréscimo nesse ponto.

Em face do item "f", que trata do alvará sanitário e de funcionamento, também não é o caso de deferimento.

Isso porque a jurisprudência pátria majoritária dispõe que ao exigir o alvará de funcionamento como condição de habilitação a Administração estaria impondo cláusula ou condição que importa em frustração do caráter competitivo do certame:

LICITAÇÃO – ARGUIÇÃO DE PERDA DE OBJETO AFASTADA –
HABILITAÇÃO – REGULARIDADE FISCAL – ALVARÁ DE

FUNCIONAMENTO – EXIGÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA OU DOCUMENTO ORIGINAL – DOCUMENTO NÃO ELENCADE NA LEI Nº 8.666/93 – SEGURANÇA CONCEDIDA. Não prospera a arguição de perda de objeto em razão da publicação do resultado da concorrência, se ainda houver pendente de julgamentos recursos aviados pela licitante. A finalidade do procedimento licitatório é obter a melhor proposta para a Administração Pública, mediante o maior número de concorrentes possíveis. **O edital ao exigir a apresentação de documento não elencado nos artigos 27 e 29 da Lei nº 8.666/93 como comprovação de regularidade fiscal, fere os princípios da ampla concorrência e acessibilidade, além de afrontar o princípio da razoabilidade.** (MS 84365/2009, DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 17/11/2009, Publicado no DJE 11/12/2009).

Dispõe no mesmo sentido o Acórdão 7982/2017, da Segunda Câmara do TCU, de relatoria da Ministra Ana Arraes.

Portanto, tem-se que a exigência de cópia do alvará da empresa licitante como qualificação técnica, como condição de habilitação, contraria o previsto no art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 c/c o inciso I do §1º do art. 3º do mesmo diploma legal e também o disposto no final do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

Assim, não merece reparos o edital neste ponto.

O item “e” da impugnação de igual modo fica indeferido.

A exigência de cópia autenticada de diploma de conclusão do curso de especialização, em nível de pós graduação, do profissional de ergonomia responsável pela elaboração do AET pode ser considerado ato de afronta a competitividade do certame.

De todo sorte, a dispensa de tal documento não trará prejuízo, uma vez que o atestado de capacidade técnica é o documento destinado à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de uma licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Ademais, como se sabe, os requisitos habilitatórios são *numerus clausus*, não podendo ser objeto de inovação pela Administração.

Desse modo, fica indeferido tal pedido.

Já em face do item "g" da impugnação, no que pese a exigência de certificados de calibração dos equipamentos de medição, tem que tal comprovação seria mais plausível se ocorresse no ato de assinatura do contrato, e não na fase de habilitação do certame.

Dessa maneira, a retificação do termo de referência é necessária para fazer constar o seguinte trecho: *A licitante vencedora, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar os respectivos certificados de calibração dos equipamentos de medição, para todos os equipamentos exigidos no Edital, para fins de cumprimento do objeto licitado.*

Por fim, em referência ao item "h" da impugnação, também é o caso de indeferimento do pedido.

O rol de documentos de qualificação econômico-financeira, que integra o art. 31 da Lei 8.666/93, é taxativo, devendo a Administração elencar aqueles que julgar necessários para a licitação em concreto – mas somente dentre aqueles estabelecidos no artigo – não podendo ser solicitados outros:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira **limitar-se-á:** (...).

Portanto, de acordo com o poder discricionário da Administração, ela poderá indicar os documentos que julgar pertinentes para a verificação da qualificação econômico-financeira, em conformidade com o objeto, tendo como limite o rol do art. 31, o que inclui o balanço e a certidão negativa de falência e concordata.

Sendo assim, não há uma obrigatoriedade da solicitação do balanço, notadamente se a verificação ocorrer por meio de outros documentos, como é o caso dos autos, em que a análise se dará por meio da certidão de falência e concordata.

Nesses termos, a rejeição do pedido é a medida de rigor.

ANTE O EXPOSTO, ficam indeferidos os pleitos formulados por Preven Med Saúde Ocupacional Ltda, para alteração das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira do edital de pregão eletrônico n. 68/2023.

Contudo, deverá ocorrer a inclusão no termo de referencia da seguinte disposição: *A licitante vencedora, no momento da assinatura do contrato, deverá*

apresentar os respectivos certificados de calibração dos equipamentos de medição, para todos os equipamentos exigidos no Edital, para fins de cumprimento do objeto licitado.

Diante disso, determino a divulgação da alteração do termo de referência nos mesmos canais onde se deu a divulgação do seu texto originário.

Por derradeiro, como a presente retificação não afeta a formulação das propostas, fica mantida a data e o horário agendados para ocorrência do certame.

Cordilheira Alta/SC, 8 de janeiro de 2024.

Clodoaldo Briancini
Prefeito